



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

02/07/2016

INDICE

1. JORNAL CORREIO POPULAR	
1.1. CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	1
1.2. VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS.....	2
2. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
2.1. DESEMBARGADOR.....	3 - 5
2.2. FÓRUM DE SÃO LUÍS.....	6
2.3. SERVIDOR PÚBLICO.....	7
3. JORNAL O IMPARCIAL	
3.1. DECISÕES.....	8
4. JORNAL O PROGRESSO	
4.1. DECISÕES.....	9
5. JORNAL PEQUENO	
5.1. CNJ.....	10
5.2. COMARCAS.....	11 - 15
5.3. DECISÕES.....	16
5.4. PLANTÃO NO TJMA.....	17
5.5. PRESIDÊNCIA.....	18
5.6. VARA CRIMINAL.....	19
5.7. VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE.....	20

Caema participa do “II Balcão de Renegociação de Dívidas”



Divulgação

A Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão (Caema) participa do “II Balcão de Renegociação de Dívidas”, que acontece nas dependências do Centro de Convenções Pedro Neiva de Santana, em São Luís. O evento é organizado pelo Tribunal de Justiça do Maranhão.

Repetindo a parceria da primeira edição do evento, durante os dias de realização do balcão, os clientes poderão recorrer ao estande para negociar débitos junto a empresa e também solicitar outros serviços.

De acordo com a Coordenadora de Controle, Fiscalização, Padronização e Relacionamento com o Usuário, Edméa Dominici Castelo Branco, Além de renegociar e parcelar dívidas é possível que o cliente também solucione outras demandas. “Nosso estande está à

disposição dos clientes para ajudar a resolver suas demandas. Mesmo que não se trate de cunho financeiro ou fiscal, que é o centro do balcão, nós orientamos de que modo ele deve proceder ou ainda repassamos ao setor competente como é o caso de possíveis reclamações e denúncias”.

Ao todo, são 15 serviços disponíveis, como solicitar ligação nova ou religação, troca de titularidade, atualização cadastral, 2ª via de conta, consulta de Faturas, denúncia de fraude, certidão negativa de débito, negociação de débito, extrato de débito, desobstrução de ramal de esgoto, vazamento de água, verificação de hidrômetro, entre outros.

O atendimento no “II Balcão de Renegociação de Dívidas” acontece em horário comercial das 8h às 12h e das 14h às 18h. (Caema)

“FANTASMAS NA ASSEMBLEIA”

A presidência da Assembleia Legislativa iniciou o cumprimento do acordo feito com a Justiça e disponibilizou a folha de pagamento, com a lista de todos os deputados e servidores, especificando os vencimentos. Agora o Ministério Público, por meio da Vara de Interesses Difusos e Coletivos, vai analisar o documento para investigar a possível existência de mais de 200 funcionários “fantasmas” na Casa.

“O cumprimento do acordo possibilitará uma ampla fiscalização da aplicação dos recursos da Assembleia Legislativa, inclusive quanto aos servidores. Os servidores fantasmas, se existirem, serão identificados e punidos como previsto em Lei. Naturalmente, os responsáveis pelas nomeações também sofrerão as consequências”, diz o juiz Douglas de Melo Martins.

A portrait of Teresa Martins, a woman with dark, wavy hair, wearing a black top with gold buttons on the shoulders. She is smiling and looking towards the camera. The background is white with blue horizontal lines.

Teresa Martins no esplendor dos seus 60 anos

Tarde junina para celebrar os 60 anos de *Teresa Martins*

● PAG. 4 e 5

TERESA MARTINS

e sua linda festa para comemorar 60 anos

Existem pessoas que possuem o dom do encantamento, pela imensa simpatia e alegria de viver que irradiam em todos os momentos de convivência com as pessoas que fazem parte do seu círculo de amizade.

Assim é Maria Teresa Lima Martins – ou simplesmente Teresa Martins, como se tornou conhecida a economista de grandes feitos na área administrativa e a cerimonialista que há mais de 30 anos coordena a lista de convidados de todos os eventos com o selo desta coluna.

Acostumada a convidar para mega eventos, desta vez Teresa teve a imensa alegria de se ver cercada de parentes e

dos mais íntimos amigos para celebrar, com pompa e circunstância, seus bem vividos 60 anos de idade, com um almoço festivo que movimentou o Restaurante Tarrafas, do Rio Poty Hotel.

O espaço, com linda vista para o mar, ganhou uma decoração especial inspirada no tema “São João de Uma Gueixa”, o que resultou numa ambientação que tinha tiotins (as tradicionais luminárias japonesas substituindo os balões juninos), sombrinhas e leques, fazendo uma composição colorida com patchwork – a arte de costura com retalhos – bambus e folhagens.

O almoço servido merece um capítulo à parte. Afinal, os mais deliciosos qui-

tutes da tradicional culinária maranhense faziam sucesso ao lado de especialidade da culinária internacional, assinados por amigos da aniversariante, tais como a tia Niêde Buhatem, Soraia Fialho, Alexandre Falcão, Reges e Socorro Fialho, Melina Sereno Fernandes, Teresa Samey, Tiana Pereira, Rosário Saldanha, Maristela Escabim entre outros.

No ambiente predominava a cor vermelha, o que proporcionou uma atmosfera estimulante, contribuindo para que os convidados caíssem na dança, ao som do excelente conjunto “Argumento”, de familiares da aniversariante.

Uma bela tarde, portanto, de alegria, carinho e animação!



Alexandre Falcão e Jussara Nogueira, Jânia e desembargador Jorge Rachid Maluf

Justiça do Trabalho decreta estado de emergência financeira

Medida foi determinada pela presidência do TRT 16ª Região e consolidada na sexta-feira, 1º; entre as consequências, estão cortes nas verbas de custeio

O corte orçamentário em vários setores do Judiciário obrigou o Tribunal Regional do Trabalho no Maranhão a decretar estado de emergência financeira. De acordo com o TRT da 16ª região, a medida é consequência das reduções de custeio impostas aos segmentos trabalhistas na Lei Orçamentária Anual de 2016 (LOA).

Com a decretação, oficializada durante reunião realizada na sexta-feira, 1º, na sede do TRT com representantes da Justiça do Trabalho do Maranhão, deslocamentos de magistrados e servidores que impliquem em pagamento de diárias e outras indenizações somente ocorrerão em último caso e com autorização expressa da presidência da Casa. Segundo o TRT, concursos para ingresso de novos funcionários estão suspensos por tempo indeterminado.

Outra consequência da medida é a queda nas verbas de custeio na ordem dos 30%. Já os recursos anteriormente encaminhados para investimentos na estrutura das varas trabalhistas sofrem redução de 90%. De acordo com o desembargador presidente do TRT, Luiz Cosmo da Silva Júnior, com base em levantamento realizado pela Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF) da Casa, os recursos atualmente disponíveis para a Justiça do Trabalho no Maranhão somente cobrirão as despesas até o fim do próximo mês.

Ainda de acordo com a presidência do TRT, com a desautorização expressa para deslocamento dos servidores às varas trabalhistas, as audiências marcadas anteriormente nestes locais estão suspensas. Como forma de compensação e de continuidade da prestação jurisdicional, a Corregedoria ficará responsável pela designação de magistrados para atuação remota nos acervos processuais em todo o estado.

Relembre

No início da semana, a presidência do TRT —obedecendo aos cortes orçamentários e contenção de despesas, modificou o horário de atendimento ao público. O cidadão poderá, por exemplo, realizar con-



Flora Dolores

Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, localizado no bairro Areinha, em São Luís

MEDIDAS

Consequências do estado de emergência

- Deslocamentos de magistrados e servidores somente ocorrerão em último caso
- Redução nas verbas de custeio em 30%
- Audiências trabalhistas suspensas
- Mudança no horário de atendimento
- Suspensão de concursos para incremento do quadro de servidores

Fonte: Tribunal Regional do Trabalho 16ª Região

sultas processuais diretamente nas varas trabalhistas das 8h às 15h.

Após este horário, apenas os setores de protocolo e distribuição de processos estarão disponíveis. O TRT ratifica que consultas processuais e outros procedimentos, du-

NÚMEROS

R\$ 303.611.483,00

foram pagos a reclamantes no ano passado via justiça do trabalho

17,7

é a quantidade de servidores na justiça do trabalho no Maranhão por 100 mil habitantes

rante o período de adoção deste horário de atendimento, poderão ser feitos por meio do endereço eletrônico www.trt16.jus.br.

Custos

De acordo com informações do TRT, somente no ano passado foram pagos a reclamantes no Maranhão, em consequência de processos trabalhistas, R\$ 303.611.483,00. Entre 2013 e 2015, somente no âmbito do 1º grau, foram recebidos 52.273 processos. Outros 8.993 processos foram disponibilizados no 2º grau.

Em contrapartida, o Maranhão possui uma média de 17,7 servidores na justiça do trabalho por

100 mil habitantes. A média é inferior ao índice nacional, avaliada atualmente em 20,13 servidores a cada 100 mil habitantes. ●

NA WEB

ANS: cobertura para exames começa 4ª feira
oestadoma.com/410011

Justiça concede pensão provisória
oestadoma.com/410012

Mais notícias de Geral em oestadoma.com

Maranhense levará **TELAS** para mostra beneficente em São Paulo

Joel DuMara participará da 30ª edição do “Mostra de Arte Vida”, que tem caráter beneficente; evento será em setembro

O artista plástico Joel DuMara está finalizando os preparativos para participar da 30ª edição do “Mostra de Arte Vida”, realizado em prol da Casa de Apoio Granja Viana, em São Paulo. O evento, marcado para setembro deste ano, tem caráter beneficente e reunirá 40 artistas na mostra que ficará um mês em cartaz no Centro Brasileiro Britânico.

O maranhense foi convidado pela curadoria do evento e levará quatro telas – sendo duas retratando a cultura do Maranhão. “Para mim, foi uma honra receber o convite porque é um evento muito importante. Fico feliz em representar o Maranhão, levar nossa cultura para outras pessoas”, destaca Joel DuMara.

Autodidata, ele conta que costuma se dedicar à pintura nas horas vagas, a noite ou fins de semana. Sua primeira mostra individual foi ano passado, no Fórum Desembargador Sarney Costa com a exposição “O Maranhão que grita”.

Joel DuMara nasceu em Santa Inês. Desenvolve seus talentos artísticos desde a infância, talentos que vão da pintura, desenhos e esculturas a uma diversidade de trabalhos artesanais. Formou-se em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRRJ) e trabalha no Banco do Brasil desde 2004.

Por conta do trabalho, encara as atividades artísticas como um prazeroso hobby. “Mas hoje tenho sempre muito trabalho, encomendas de pessoas que conhecem e gostam do meu trabalho, então a maior parte do meu tempo livre me dedico à pintura”, diz o artista.

Sobre seu estilo ele prefere não definir. “Transito entre o figurativo e o abstrato, com foco no meu traço. Estou construindo uma identidade e minha inspiração vem das artes de uma forma geral, sempre me baseando na poesia que ela transmite”, relata o artista.

Em 2015, fez ainda a exposição individual “Somente Mulher”, participou do Salão de Arte da Marinha do Brasil, em São Paulo; da coletiva “O Encontro dos Anjos” e ainda da individual “O traço discorde de Joel DuMara”. Naquele mesmo ano integrou a coletiva “Art to the World”, em Berlim, Alemanha, pela Waylight.

Este ano, foi selecionado para o VI Salão de Artes Visuais de São Luís e participa da coletiva “Art to the World” em Toulouse, França, também pela Waylight.



Fotos/Divulgação

O artista Joel DuMara e algumas de suas criações (ao lado)



Mostra

A “Mostra de Arte Vida” nasceu como uma atividade paralela à Festa das Nações e reunia obras de artistas da região que expunham seus trabalhos e cediam parte da venda à Casa de Apoio Granja Viana.

Com o passar dos anos, a mostra cresceu e nas últimas edições é realizada em meados do ano nas galerias do Centro Brasileiro Britânico, no bairro de Pinheiros (SP), congregando artistas de todo o Brasil.

Os artistas convidados participam da exposição mediante o pagamento de uma taxa que é repassada à Casa de Apoio juntamente com uma porcentagem da venda dos trabalhos. ●

Casa de subgerente de banco é assaltada em Vargem Grande

Bandidos levaram pertences da família, inclusive o carro; parte do bando já foi presa pela polícia

A subgerente do Banco do Brasil da cidade de Vargem Grande, identificada apenas como Célia, e seu marido, o empresário Luiz Gonzaga, e o servidor público do Tribunal de Justiça do Maranhão, Fábio Aguiar Fonseca, de 35 anos, foram alvo de bandidos no interior do Maranhão. A polícia informou que cinco criminosos teriam invadido a residência da bancária, no Centro de Vargem Grande, no começo da manhã de sexta-feira, 1º, e fizeram um “raspa”. Até mesmo o veículo da família, uma S10 branca, de placas OXY-5691, foi levada.

O soldado Sousa, lotado no 3º Pelotão da 8ª Companhia Independente da Polícia Militar, disse que as vítimas, logo que abriram a porta de sua casa, foram abordadas pelo bando. Uma parte da quadrilha, portando arma de fogo, fez os moradores reféns, enquanto o restante recolhia os pertences das vítimas. Eles levaram dinheiro, joias, aparelhos celulares e fugiram na S10 das vítimas.

A polícia, realizando rondas pela localidade, encontrou abandonada a S10 no povoado Caetana, zona rural dessa cidade. Ainda na tarde de sexta-feira, as buscas continuavam na região com objetivo de prender o bando.

O soldado Sousa disse ainda que este é o segundo caso de assalto desse tipo que ocorre na cidade em menos de um mês. No dia 23 de junho, o empresário e pecuarista Cloves Mendes Dias, conhecido como Sinhozinho, também teve sua residência invadida. Bens pessoais, di-

nheiro e o carro da família roubados. “Os dois casos serão investigados pela Polícia Civil. Há possibilidade de ser o mesmo bando que está realizando essas ações na região”, declarou o soldado.

Mais assalto

Já na cidade de Açailândia, um bando invadiu a residência de Fábio Aguiar, no último dia 29. Os bandidos realizaram um raspa e ainda atiraram nas costas do servidor público e tentaram baleiar a esposa da vítima, Maria Cristina da Silva Cardoso, de 30 anos.

A polícia realizou rondas na região e no mesmo dia prendeu uma parte da quadrilha. Os presos foram identificados como Giovane dos Santos Lago, 24 anos; Jhonatan Ferreira da Silva, 23 anos; Gleycivaldo Dias da Silva, 22 anos; Marcelo Araújo do Vale, idade não revelada, e Marcos de Araújo Vale, de 23 anos.

No dia seguinte, a polícia prendeu mais um integrante do bando, no povoado Buritizinho, em Buriticupu, Gleycivaldo Silva Lago, idade não revelada, que apontou o esconderijo onde estava uma motocicleta Bros, que teria sido roubada em outra ação criminosa. ●

NA WEB

Foragidos da Justiça são presos em São Luís
oestadoma.com/410010

Mais notícias de Polícia em
oestadoma.com



Ex-prefeita Lidiane Leite agora cumprirá determinação judicial em 'recolhimento domiciliar'

Klauber Frazão - Se fosse preto, pobre e tivesse roubado um pedaço de pão, já estava em Pedrinhas a muito tempo.

Rosa Araújo - Uma vergonha!

Justiça concede pensão provisória a filha de vítima de acidente em parque de diversões

A 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) deferiu tutela antecipada, para pagamento de pensão alimentícia provisória – até julgamento do mérito – no valor de três salários mínimos, à menor, filha da comerciária Luzivânia Brito, que morreu em razão de traumas, dias depois de um acidente no parque de diversões Golden Park, em São Luís, fato que aconteceu no dia 14 de setembro de 2015.

Luzivânia morreu no Hospital Municipal Djalma Marques (Socorrão I), uma semana depois de ter sido arremessada por um brinquedo conhecido como polvo, onde brincava juntamente com sua filha. A empresa ficará responsável pelo pagamento da pensão até o julgamento definitivo do processo.

O entendimento dos desembargadores José de Ribamar Castro (relator), Raimundo Barros e Ricardo Duailibe foi de que estavam presentes os requisitos autorizadores do deferimento da tutela antecipada, reformando a sentença de primeira instância.

O marido da vítima havia ajuizado, em favor da filha menor, o recurso com pedido de efeito suspensivo, alegando que a garota dependia unicamente da renda da mãe para que fosse mantida e, que a antecipação da pensão era imperiosa, sob pena de que a criança passasse por dificuldades.

O apelante reforçou o argumento, ressaltando que a responsabilidade da empresa se mostra patente em permitir o funcionamento inadequado de equipamento destinado à diversão. (Processo nº 2125/2016). (*Asscom-TJMA*)

Brasil tem 131 magistrados em situação de risco, alerta estudo divulgado pelo CNJ

O Brasil tem hoje 131 magistrados em situação de risco, em 36 tribunais do país. Esse é um dos resultados do Diagnóstico da Segurança Institucional do Poder Judiciário, divulgado em Brasília, durante a 1ª Reunião Nacional das Comissões de Segurança do Poder Judiciário. Nenhum tribunal das justiças Militar, Eleitoral e Superior indicou ter magistrados nessa situação. Por outro lado, 85% dos tribunais da Justiça estadual afirmaram possuir pelo menos um julgador em situação de risco. O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro lidera, com 23 casos. Segundo informações ainda preliminares, em 69% dos casos a autoria das ameaças é conhecida. Os casos de ameaça

foram registrados na polícia em 65% das situações relatadas. Apesar do número de ameaças, em 58% dos órgãos nunca foi disponibilizado aos magistrados um curso de segurança pessoal. O levantamento contou com a participação de 98% dos órgãos do Judiciário. Os dados mostram ainda que 97% dos órgãos do Poder Judiciário contam com uma unidade de segurança institucional, mas muitas ainda não têm profissionais especializados da área. Quase 24 mil pessoas trabalham na área de segurança do Poder Judiciário, sendo 15.036 vigilantes terceirizados, 5.491 mil servidores e 3.453 agentes de segurança pública (policiais militares, civis ou federais e

bombeiros militares). Os funcionários do Poder Judiciário que atuam na área de segurança representam 2% dos servidores e 11,2% dos terceirizados. Ao todo, 20 tribunais não contam com servidores do quadro próprio especializados na área. Equipamentos e ameaças - O levantamento constatou que o Poder Judiciário está medianamente dotado com equipamentos de segurança. Já 57% dos tribunais têm portas com detectores de metais. Nas unidades de primeiro grau, esse aparelho aparece com alguma frequência em 36% das unidades judiciárias. Além disso, 94% das cortes estão equipadas totalmente ou em parte

com câmeras de segurança. Já no primeiro grau, apenas em 47% das unidades o índice de uso de câmeras é frequente ou muito frequente. Esteiras de raio-X não estão presentes em 59% dos tribunais, enquanto no primeiro grau o equipamento é inexistente ou quase inexistente em 78% das unidades judiciárias. Em relação à atuação dos órgãos em casos de ameaça a magistrados, são disponibilizados, sempre ou na maioria das vezes, coletes à prova de bala por 32% dos órgãos, serviços de escolta por 30% dos órgãos e veículos blindados por apenas 14% dos órgãos. Nos casos de urgência de ameaça a magistrados, poucos órgãos afirmaram contar com plantões, agentes do quadro próprio ou articulação de ações com as forças policiais.

(Com informações da Assessoria de Imprensa do CNJ)

Bom Jardim

Justiça proíbe operações de empréstimos de recursos financeiros do Bomprev

Em decisão assinada na última quarta-feira (29), a juíza Denise Pedrosa Torres, titular da 1ª Vara da Comarca de Zé Doca e respondendo pela Comarca de Bom Jardim determinou à prefeita do Município e ao presidente do Conselho Fiscal do Bomprev - Instituto de Previdência dos Servidores de Bom Jardim, "que se abstenham de realizar operações de empréstimo para o Município utilizando recursos financeiros do Bomprev". No documento, a magistrada determina ainda ao Banco do Brasil, Banco do Nordeste e Caixa Econômica Federal "que se abstenham de realizar qualquer transferência de recursos financeiros do Bomprev para o Município de Bom Jardim". A decisão atende a Mandado de Segurança Preventivo

impetrado pelo Ministério Público Estadual contra ato da prefeita e do presidente do Bomprev requerendo a suspensão de qualquer contratação ou repasses de quantias do Instituto ao Município. De acordo com o MPE, o promotor de Justiça da Comarca tomou conhecimento, no último dia 27 de junho, de que seria colocado em votação no plenário Projeto de Lei proposto pela prefeita cujo objeto seria a concessão de autorização do Poder Executivo Municipal para realizar operações de crédito/empréstimo com o Bomprev e cujo valor seria de R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais). Ainda segundo o MPE, a alegação seria de que "o Município passa por grave dificuldade financeira e necessita dos recursos de

tal operação de crédito para pagamento da folha dos servidores municipais", cujos salários dos meses de março a junho de 2016 estariam atrasados. Para o MPE, o empréstimo viola dispositivos da Lei Federal nº 9.917/98 e da Lei Municipal nº 546/2010. A afirmação é reiterada pela juíza Denise Pedrosa Torres. A magistrada cita o art.6º da Lei Federal 9717/98, que faculta à União, Estados, Distrito Federal e Municípios a constituição de fundos integrados de bens, direitos e ativos, com finalidade previdenciária, desde que observados os critérios de que trata o art. 1º da Lei e preceitos entre os quais "a vedação de utilização dos referidos recursos para empréstimos de qualquer natureza, inclusive à União, de

Estados, Distrito Federal e Municípios". Denise Torres observa ainda que a Lei Municipal 546/2010 prevê que "o Bomprev somente poderá utilizar as suas receitas para o pagamento de beneficiários do Bomprev e custeio da taxa de Administração destinada à manutenção do regime, respeitando o art.6º da Lei Federal nº 9717/98". Para a juíza, salta aos olhos que, se celebrado, o contrato não terá por finalidade atender aos objetivos do Bomprev, mas garantir recursos para o Município arcar com o pagamento dos salários atrasados dos servidores municipais. Na visão da magistrada, "esta circunstância, por si só, comprova o desvio de finalidade que acarreta a nulidade desse contrato".

- Na próxima segunda-feira (4) a Comarca de São Vicente Férrer dá início à Correição Geral Extraordinária na unidade. A abertura dos trabalhos acontece às 14h, na Sala de Audiências do Fórum.
- Presidida pelo juiz Bruno Barbosa Pinheiro, a correição tem encerramento previsto para 22 de julho, às 18h, podendo ser prorrogada por mais cinco dias. Segundo o documento, ficam suspensos todos os prazos processuais iniciados durante a Correição e os já iniciados.

Comarca de Paulo Ramos abre inscrição para advogados atuarem como defensores dativos

A partir das 8h do dia 11 de julho estarão abertas, na Comarca de Paulo Ramos, as inscrições para advogados interessados em atuar como defensores dativos nos processos cíveis e criminais em tramitação na unidade. A informação consta de portaria assinada pela juíza Vanessa Machado Lordão, titular da Comarca.

Segundo o documento, os interessados têm até às 18h de 29 de julho para se inscrever. As inscrições podem ser feitas na Secretaria Judicial da unidade, ou via email: vara_1pram@tjma.jus.br. No ato de inscrição, os candidatos devem apresentar cópia da carteira da OAB, endereço eletrônico, endereço profissional e número para contato, além de informar a área de predilação para atuação.

Fórum no Paço fecha mais cedo

A juíza Jaqueline Reis Caracas informa, através de portaria, que as atividades no Fórum de Paço do Lumiar serão encerradas mais cedo na próxima segunda-feira, dia 4. De acordo com a magistrada, o motivo é a necessidade de colocação de veneno para combater larvas e mosquitos *aedes egypti*. Ela levou em consideração o fato de que vários servidores do fórum luminense vêm sendo atingidos por doenças transmitidas pelo mosquito. Ela resolveu suspender, no dia 4 de julho de 2016, a partir das 15h, o expediente no Fórum do Termo Judiciário de Paço do Lumiar, inclusive da distribuição.

Defensor

A partir das 8h do próximo dia 11 de julho estarão abertas, na Comarca de Paulo Ramos, as inscrições para advogados interessados em atuar como defensores dativos nos processos cíveis e criminais em tramitação na unidade. A informação consta de portaria assinada pela juíza Vanessa Machado Lordão, titular da Comarca. Segundo o documento, os interessados têm até as 18h do dia 29 de julho para se inscrever. As inscrições podem ser feitas pessoalmente, na Secretaria Judicial da unidade, ou via email a ser enviado para o endereço eletrônico vara_1pram@tjma.jus.br. No ato de inscrição, os candidatos devem apresentar cópia da carteira da OAB, endereço eletrônico, endereço profissional e número para contato, além de informar a área de predilação para atuação.

Acidente no Golden Park Justiça concede pensão provisória à filha de vítima

A 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) deferiu tutela antecipada, para pagamento de pensão alimentícia provisória – até julgamento do mérito – no valor de três salários mínimos, à menor, filha da comerciária Luzivânia Brito, que morreu em razão de traumas, dias depois de um acidente no parque de diversões Golden Park, em São Luís, fato que aconteceu no dia 14 de setembro de 2015.

Luzivânia morreu no Hospital Municipal Djalma Marques

(Socorrão I), uma semana depois de ter sido arremessada por um brinquedo conhecido como polvo, onde brincava juntamente com sua filha. A empresa ficará responsável pelo pagamento da pensão até o julgamento definitivo do processo. O entendimento dos desembargadores José de Ribamar Castro (relator), Raimundo Barros e Ricardo Duailibe foi de que estavam presentes os requisitos autorizadores do deferimento da tutela antecipada, reformando a sentença de primeira instância.

Tribunal de Justiça divulga escala de plantão do 2º Grau

De ontem (1º) até domingo (3), o desembargador Bayma Araújo é o plantonista da Justiça de 2º Grau, quando são recebidas apenas demandas urgentes, nas esferas cível e criminal, incluindo pedidos de habeas corpus, mandados de segurança, medidas cautelares (por motivo de grave risco à vida e à saúde das pessoas), decretação de prisão provisória, entre outros.

No período de 4 a 10 de julho, o desembargador José Luiz Almeida responderá pelo plantão judicial de 2ª Instância, que funciona em forma de sobreaviso. Antes de dirigir-se ao local de atendimento, é necessário entrar em contato com o servidor plantonista.

Nos dias úteis, o plantão judiciário funciona entre o final do expediente do dia e o início do expediente do dia seguinte. Aos sábados, domingos e feriados – inclusive os de ponto facultativo – entre o final do último dia útil anterior e o início do expediente do primeiro dia útil seguinte.

Desembargadores repudiam denúncias contra presidente Cleones

Desembargadores do Tribunal de Justiça do Maranhão assinaram uma Nota de Repúdio, a ser enviada à ministra Nancy Andrichi, contra notas desabonadoras à conduta do presidente do Judiciário maranhense, Cleones Carvalho Cunha, divulgadas em blogs da cidade.

De acordo com o documento, tratam-se de “aleivosias irresponsáveis, sem qualquer amparo em fatos reais”. Os magistrados lembram que a trajetória funcional do desembargador Cleones Cunha “sempre foi orientada pelos princípios éticos e por acentuado espírito vocacional”, sendo ele um magistrado íntegro, que sempre honrou a magistratura.

Dezenove desembargadores subscrevem a nota “irmanados pela indignação com que essas inverdades foram divulgadas em blogs e convertidas em denúncia [ao Conselho Nacional de Justiça]”. São eles: Cleonice Silva Freire, Lourival de Jesus Serejo Sousa, José de Ribamar Castro, Jamil Gedeon Neto, Paulo Sérgio Velten Pereira, Vicente de Paula Gomes de Castro, Raimundo Nonato Melo, Kleber Costa Carvalho, José Bernardo Rodrigues, José Joaquim Figueiredo dos Anjos, Maria das Graças Duarte Mendes, José Luiz Oliveira de Almeida, Jorge Rachid, Raimundo Barros, Ângela Salazar, Antonio Fernando Bayma Araújo, Ricardo Bugarin Duailibe, Tyrone Silva e José de Ribamar Froz Sobrinho.

Acusado de homicídio tem julgamento marcado em Miranda do Norte

Um homem acusado de ter matado um taxista em Miranda do Norte vai ser julgado na próxima quarta-feira, dia 6 de julho. A sessão será presidida pela juíza Mirela César Freitas e será realizada na Câmara de Vereadores de Miranda do Norte, termo judiciário de Itapecuru, a partir das 8 e 30 da manhã. O réu será José do Carmo Gomes Oliveira acusado de ter matado Luís Félix do Nascimento, conhecido pelo apelido de Cantanhede.

Consta na denúncia que o acusado teria matado Cantanhede com dois tiros de revólver, em crime ocorrido em 2001. Cantanhede trabalhava como motorista de táxi. José do Carmo estava no Posto Salim, em Miranda do Norte, e teria contratado uma corrida até o povoado Morro Grande, pelo valor de 15 reais.

Pouco antes de chegarem ao destino, José do Carmo teria desferido dois tiros na região torácica de Cantanhede. O taxista desceu do carro e saiu cambaleando, chegando até uma residência e pedindo ajuda. Ele foi levado a um hospital em São Luís, mas faleceu.

O acusado teria tentado fugir no carro da vítima, mas não teria conseguido. Ele se deslocou até o povoado Muquila, sendo preso posteriormente. Indagado sobre o crime, ele disse que teria sido contratado por seu ex-patrão Albertino Barros, pela quantia de mil reais. Entretanto, após longa investigação, restou comprovada a inocência de Albertino. O verdadeiro motivo do crime seria porque Cantanhede não teria pago uma carrada de pedras, contratada pela vítima e realizada por José do Carmo, no valor de 50 reais, versão confirmada por uma das testemunhas.

Crianças só podem viajar acompanhadas dos pais e parentes ou com autorização

Com o início do período das férias escolares aumenta, nos postos de atendimento da 1ª Vara da Infância e Juventude de São Luís, o número de pedidos de autorização para que crianças possam viajar sozinhas ou acompanhadas de pessoas que não sejam parentes. O pedido deve ser feito nos postos localizados no Fórum Des. Sarney Costa, aeroporto, rodoviária e nos terminais hidroviário e ferroviário da capital. Sem esse documento, o menor de 12 anos não poderá embarcar. Em junho foram emitidas mais de 180 autorizações, quantidade que deve aumentar em mais de 50% neste mês das férias, segundo dados da Divisão de Proteção Integral da unidade judiciária.

O secretário judicial da 1ª Vara da Infância e Juventude, Kássio Ribeiro, explica que a empresa de transporte que permitir o embarque de crianças sem a documentação sofrerá as penalidades previstas no artigo

251 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Além do pagamento de multa de três a vinte salários de referência, aplicado em dobro no caso de reincidência, também haverá sanções nas esferas cível e criminal. Conforme determina o ECA, dentro do território nacional, seja em viagens intermunicipais ou interestaduais, a criança (menor de 12 anos), ao embarcar com o pai, mãe ou parente ascendente ou colateral até terceiro grau, que equivale a avós, irmãos e tios maiores de 18 anos, deve portar documento, preferencialmente com foto, que comprove o grau de parentesco com o acompanhante.

Já o adolescente (maior de 12 anos) pode viajar sozinho, desde que no momento do embarque apresente documento, de preferência com foto, que comprove a idade. A empresa que descumprir essa determinação legal também sofrerá penalidades.

A autorização de viagem pode ser solicitada pelo pai ou mãe da criança ou o responsável legal, nos postos localizados no aeroporto, rodoviária e terminal hidroviário (Ponta da Madeira), de segunda-feira a domingo, das 7h às 19h, inclusive nos feriados. Já no Terminal Ferroviário, no bairro Anjo da Guarda, as autorizações são emitidas somente nos dias de viagem do trem de passageiro (2ª e 5ª feira e aos sábados), das 6h às 8h. No posto localizado no Fórum de São Luís (Calhau) as solicitações podem ser feitas no horário de funcionamento do fórum, de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h.

Mesmo a autorização de viagem sendo emitida de imediato, Kássio Ribeiro orienta os pais ou responsáveis a solicitarem com antecedência. No ato do pedido, deve ser apresentado documento do solicitante e também da criança, preferencialmente com foto.